

Amé pag 2 Discutindo os meios de comunicação

A implantação da proposta da Federação Nacional dos Jornalistas, entidade filiada à CUT, que é o braço sindical do PT, visando democratizar a informação através da concessão do exercício da atividade jornalística apenas a sociedades não lucrativas, sejam elas civis ou fundações, seria o funeral da própria democracia." Assim reagiu ontem o presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Roberto Civita, à proposta apresentada pelo presidente da Fenaj, Armando Rollemberg, durante debate realizado na subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações da Assembléia Nacional Constituinte.

O outro convidado foi o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), José Antonio do Nascimento Brito, que destacou o grande engano dos que pensam que "os meios de comunicação dirigidos por famílias ou pequenos grupos acionistas produzem jornais antidemocráticos, pois o leitor não é burro e é um erro de qualquer publicação achar que pode enganá-lo por muito tempo". Segundo Nascimento Brito, uma das teses que mais preocuparam a ANJ é a democratização dos meios de comunicação. E, no seu entender, quanto maior o volume de anúncios, menor a pressão que este jornal sofre, "pois qualquer publicação resiste com um número maior de anunciantes". Além disso, destacou que os donos querem isolar o veículo de qualquer pressão, "já que não se engana o leitor impunemente."

Mas a polêmica maior do debate ocorreu na subcomissão de Ciências e Tecnologia e de Comunicações ficou por conta da exposição do presidente da Fenaj. Em seu discurso, Rollemberg fez severas críticas ao atual sistema de concessão de canais de rádio e televisão. Neste sentido, a Fenaj propôs a proibição de posse de mais de uma concessão de rádio e televisão por pessoa

física ou jurídica, considerando "um Descalabro as concessões serem dadas sem critérios, atendendo a grupos de interesses. É um absurdo que o presidente Sarney, o ministro Antônio Carlos Magalhães e o secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Furtado, permitirem essas concessões", disse.

Por todos esses motivos, Armando Rollemberg ressaltou que "a Fenaj deflagrou uma campanha pedindo a imediata saída do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e sua substituição por alguém isento que não seja proprietário de veículos de comunicação". Outra proposta da Fenaj visa democratizar o acesso e controle aos meios de comunicação em massa, através da criação do Sistema Nacional de Comunicação, a ser controlado por entidades e sociedades sem fins lucrativos e que incluiria um conselho de editoriais, pois no seu entender, "é necessário acabar com a ditadura dos empresários que defendem seus próprios pontos de vista".

O presidente da Fenaj foi muito criticado por sua exposição. Na opinião de Civita, não só as demais liberdades, como também a própria liberdade de imprensa estão ameaçadas pela proposta elaborada pela Fenaj, a qual, "partindo do fato de a informação ter uma função social — e ela inegavelmente a tem — pretende a inclusão da imprensa no rol dos serviços públicos, uma vez que elimina da relação o elemento lucro e uma vez que subordina a imprensa a severos controles ideológicos, burocráticos e mesmo econômicos, através de um conselho nacional de comunicação". Para o presidente da ANJ, é essencial a defesa da liberdade de iniciativa, privilegiando o talento individual e a economia privada, "base verdadeira de uma sociedade que ambicione ser politicamente aberta e materialmente rica".

Proposta: socializar os serviços de saúde.

Privatização ou estatização dos serviços de saúde? Este continua sendo o tema mais polêmico da subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Ecologia e Meio Ambiente da Constituinte, que ontem ouviu representantes das entidades do setor e dos principais sindicatos dos trabalhadores, como a CUT. Nos debates de ontem prevaleceram as propostas de socialização dos serviços básicos de saúde, conforme admitiu a 2ª vice-presidente da subcomissão, deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), que vem presidindo as reuniões.

Houve consenso, contudo, quanto à necessidade de unificação dos serviços num sistema único de saúde. E também quanto à

obrigatoriedade do Estado em fornecer serviços de saúde qualificados e gratuitos à população, em detrimento do setor privado que só deveria fazer parte do sistema como opção dos usuários.

A CUT apresentou 15 propostas na área de saúde e 11 na de seguridade. Entre elas: direito de toda a população à saúde através da ação direta do Estado, implicando diretamente em estabilidade no emprego; jornada de 40 horas de trabalho; salário que cubra as necessidades básicas do indivíduo e sua família; moradia digna; saneamento básico; lazer; facilidade de acesso ao local de trabalho e acesso à alimentação adequada.